

MICHELET, TEÓRICO DO ROMANCE

MICHELET, THEORIST OF THE NOVEL

Maria Juliana Gambogi Teixeira

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Brasil

Abstract

In this article we aim to examine the theoretical-critical foundations that underpin the ambivalent approach to the novel as a genre sustained in the work of Jules Michelet. Our hypothesis is that there is a theory of the novel in Michelet's work which would explain his problematic views on this genre, torn between attraction and refusal. In order to do this, the article revisits, first, the theoretical structure on which this historiographic work is based, particularly its relationship with the philosophy of Giambattista Vico. Second, we undertake a first attempt to systematize Michelet's criticism of the novel by taking into account the historic-theoretical approach proposed in the *La Bible de l'Humanité* (1864).

Keywords: Novel, Michelet, historiography.

Résumé

Cet article vise à examiner les bases théorico-critiques qui fondent l'approche ambivalent du roman soutenu dans l'œuvre de Jules Michelet. Notre hypothèse est celle de l'existence d'une théorie du roman chez Michelet laquelle pourrait expliquer son rapport problématique à ce genre, tiraillé entre l'attraction et le refus. Pour ce faire, l'article revisite, premièrement, la structure théorique sur laquelle repose cette œuvre historiographique, particulièrement son rapport avec la philosophie de Giambattista Vico. Ensuite, il sera question d'entreprendre un premier essai de systématisation de la critique du roman chez Michelet, en reprenant notamment l'approche historico-théorique qui en propose le titre *La Bible de l'Humanité* (1864).

Mots-clés: Romance, Michelet, historiographie.

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar as bases para o entendimento teórico-crítico do romance dentro da obra de Jules Michelet (1798-1874). A hipótese de fundo é a existência de uma teoria do romance em Michelet, teoria essa que ajudaria a explicar a relação ambivalente que o historiador sempre manteve com o gênero, feita de atração e recusa categórica. Para tanto, o artigo explora, em primeiro lugar, o arcabouço teórico próprio à obra desse historiador, com especial atenção para o seu entendimento do poético, inspirado na obra do filósofo Giambattista Vico. Tendo essa revisão como base, empreende-se uma primeira tentativa de sistematização de sua apreensão crítica do romance, tal qual ela aparece, em particular, no título *La Bible de l'Humanité* (1864).

Palavras-chave: Romance, Michelet, historiografia.

No grande século do romance, Michelet poderia ter sido um grande romancista. Pela arte da narrativa, da encenação, da descrição, do diálogo – pelo seu modo de dosar o interesse, destacar pouco a pouco os personagens, seguindo o momento, o lugar, o observador.¹

As considerações de Gaëtan Picon reverberam uma tópica da crítica e da historiografia literária francesas que, desde a contemporaneidade de Jules Michelet (1798-1874) até a nossa, reconhecem e acolhem essa obra historiográfica sob o abrigo da literatura. Com efeito, de Sainte-Beuve e Taine (para citar dois dos mais célebres críticos dos Oitocentos francêss), chegando a nomes tão diversos quanto Gustave Lanson e Roland Barthes, Michelet não cessa de se fazer presente na cena literária de expressão francesa.²

Em maior ou menor grau, a perenidade desse reconhecimento endossa a afirmação de Picon que abre este texto. De fato, “pela arte da narrativa, da encenação, da descrição e do diálogo”, Michelet poderia ter sido um romancista, mas escolheu, ao longo de toda a obra e a cada passo dessa obra, não o ser. Fato digno de nota para a época em que viveu: os primeiros setenta anos do século XIX, momento em que o tráfego entre história e literatura era bem menos estanque do que posteriormente será. Em plena coqueluche dos romances históricos, no mesmo momento em que Mérimée, Hugo, Lamartine e tantos outros cruzam facilmente a fronteira entre os dois campos, Michelet recusa-se a atravessá-la, e recusa-se ainda mais quando o reconhecem como poeta da história.³ Nem um só livro exclusivamente “literário” sai de

1 PICON, Gaëtan. Michelet et la parole historienne. In: MICHELET, Jules. *L'Étudiant*, p. 30. Salvo menção contrária, todas as traduções são de minha responsabilidade.

2 A lista de autores que comentaram a obra de Jules Michelet é muito mais ampla do que os poucos nomes citados e as obras que listaremos, apenas a título de exemplo, a seguir: TAINÉ. *Essais de critique et d'histoire*. Paris: Hachette, 1866; LANSON, Gustave. *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1951; BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. Quanto à atual historiografia literária francesa, mais uma vez resta o embaraço da escolha, visto à constância de sua presença, sobretudo quando o assunto principal for relativo ao século XIX. Assim, mais uma vez, recorremos à exemplaridade para citar: COMPAGNON, Antoine. *Les antimodernes: de Joseph de Maistre à Roland Barthes*. Paris: Gallimard, 2005; DELON, MÉLONIO, MARCHAL, COMPAGNON. *La littérature française: dynamique & histoire II*. Paris: Folio essais, 2007; BERTHIER, JARRETY (org). *Histoire de la France littéraire: Modernités XIXe-XXe siècle*. Paris: PUF, 2006; VAILLANT, BERTRAND, RÉGNIER. *Histoire de la littérature française du XIXe siècle*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2006.

3 O epíteto “poeta da história” é contemporâneo ao historiador e foi um problema que ele não cessou de enfrentar e combater ao longo de toda a obra. No geral, seus prefácios constituem o espaço privilegiado para esse tipo de debate, também registrados em seus diários e sua correspondência. A título de exemplo, que se relembre sua carta a Taine, em resposta a uma resenha do crítico tratando de sua *História da França no século XVI*. Nessa carta, em tom de duvidosa cordialidade, Michelet lhe responde afirmando que “sendo novo na crítica, ignorais ainda que esse nome de poeta que me outorgais é justamente a acusação sob a qual se acreditou até agora espezinhar o historiador. Essa palavra respondeu a tudo”. A carta foi publicada, entre outros, em BARTHES, Roland. *Michelet*, p. 84.

sua pluma, nem como autor – como o fez diversas vezes um amigo pessoal e intelectualmente tão próximo quanto Edgar Quinet –, sequer como tradutor, a exemplo das obras completas de Shakespeare que seu colega de profissão e geração François Guizot assina em 1821.⁴

Mas sua recusa em inscrever-se no campo literário tem algo de curioso: se ela não implica qualquer inibição no uso de recursos estilísticos que dão ao texto um sabor poético,⁵ ela sobretudo não economiza em referências a obras, autores e conceitos da literatura. O papel da literatura, nas explicações historiográficas propostas por Michelet, nada tem de decorativo ou exemplificador. Menos do que assinalar os eventos literários relevantes de cada período, o historiador parece mais disposto a descobrir, em certos autores e em certas obras, uma chave de interpretação histórica. A título de exemplo, que se tenha em mente o protagonismo de Molière – “o grande espírito do século, aquele que, dia a dia, escreveu a sua fórmula” – na compreensão crítica do reino de Luís XIV, ou o lugar de um Rabelais, cuja obra funcionaria, para o narrador de *Histoire de France au XVI^e siècle*, como um condensado *optimum* das promessas da Renascença.⁶ Portanto, o que a historiografia de Michelet oferece em termos de história e crítica literária vai muito além de um simples catálogo de feitos estéticos; há ali um juízo efetivo dessas obras, compreendidas em sua interface crítica com o período em que foram produzidas.

Consequentemente, se é possível afirmar, ainda com Picon, “que os dons e os problemas de Michelet foram de literatura” (PICON, 1970, p. 31), isso se deve também, mas não apenas, às suas qualidades escriturais. Para além

4 Edgar Quinet (1803-1875) e François Guizot (1787-1874) fazem parte daquela que é considerada a primeira geração moderna de historiadores na França. Para um estudo crítico dessa geração de historiadores, ver GAUCHET, Marcel (org). *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002. No caso de Quinet, sua obra constitui-se como uma miscelânea de trabalhos historiográficos, ensaios e experimentos literários. A título de exemplo, que se destaque a publicação em 1860 da epopeia *Merlin l'enchanteur*, seguida, cinco anos mais tarde, de uma das obras historiográficas mais relevantes do autor, *La Révolution*. Quanto a Guizot, embora sua obra seja mais disciplinadamente historiográfica do que a de Quinet, é digno de nota seu investimento, ainda nos anos de 1820, na tradução da obra shakespeariana, que será acompanhada de um *Étude sur Shakespeare*.

5 Parece-me razoável sustentar que mesmo uma apreciação superficial das qualidades literárias do texto micheletiano exige algumas reservas. Sem mencionar os precisos comentários de Barthes relativos ao estilo inflado e problemático de Michelet ou à sua narratividade errática e pouco autossuficiente, uma breve comparação com o que era considerado como modelar e aceitável na escrita da história do período em que viveu, se não anula sua potência “poética”, arrefece o seu peso pela força do cotejo. Que se pense, por exemplo, no excelente manejo narrativo de um Augustin Thierry ou no colorido retórico dos textos de um Taine e se poderá observar o quanto a classificação literária do texto de Michelet ganharia em precisão se fosse precedida de uma pesquisa preliminar, voltada para a reconstituição dos recursos poético-estilísticos admitidos ou não pelo horizonte de leitura historiográfica dos Oitocentos.

6 Sobre Molière, ver, em particular: MICHELET, Jules. *Histoire de France au XVII^e siècle – Louis XIV et la Révocation de l'Édit de Nantes*, p. 77. As referências a Rabelais aparecem em inúmeros títulos da obra. Porém, para se ter uma noção do sentido e direção de tais comentários, o leitor pode se reportar ao capítulo XIX – “François Ie et Charles Quint en 1535 – Fontainebleau – Le Gargantua”. MICHELET, Jules. *Renaissance et Réforme – Histoire de France au XVI^e siècle*, p. 386 e seguintes.

dos traços literários que distinguem o texto micheletiano, podemos supor que seu entendimento da história, conquanto assente sob uma distinção irreduzível entre esse campo e o da literatura,⁷ supõe uma reflexão continuada acerca do domínio do literário.

Que tal reflexão contemple e, em certos momentos, priorize a forma romanesca, é um dado que o contexto histórico-literário de seu tempo provavelmente ajudou a reforçar. E talvez esse mesmo contexto pudesse responder também pelas críticas que tantas vezes endereçou a esse gênero literário. “Nada de romance, eu lhes imploro, nem de forma, nem de fundo, nem nos fatos, nem no estilo” (MICHELET, 1995, p. 349) – clama o professor aos seus alunos do *Collège de France*, no curso que ali ministrava em dezembro de 1847. Mas se aquele curso dá o testemunho de uma decidida má vontade com a forma romanesca, ele não será o primeiro, nem o último, nem o principal momento em que a obra micheletiana assume tal postura. Em certa medida, sua historiografia se pretende um antídoto contra o romance, mesmo em seus momentos mais formalmente romanescos. Assim, se Michelet poderia ter sido um grande romancista e escolheu não o ser, essa escolha parece menos tributária dos acasos da vida do que de uma decisão consciente, fundada em uma reflexão sobre essa forma, reflexão essa inseparável de suas cogitações historiográficas. Em outros termos, minha hipótese é a de que a recusa ao romance, concomitante ao uso de recursos romanescos ao longo de toda a sua obra, é a resultante de uma apreensão crítica desse gênero, indissociável das bases teóricas a partir das quais exerceu sua prática historiográfica. Se essa apreensão se pulveriza ao longo de toda a sua obra, ela, no entanto, se explicita mais claramente no título *A Bíblia da Humanidade* (1864). Embora muito breve, essa explicitação, quando posta sob a luz das bases teóricas da historiografia micheletiana e dos principais debates que sua obra abriga, cresce em tamanho, aparecendo então como um condensado exemplar de sua abordagem do literário.

Assim, antes de avançarmos em direção a um primeiro esboço da recepção do romance na obra micheletiana, faz-se necessário apresentar,

7 Sua recusa em minimizar as diferenças entre história e literatura aparece em diversos momentos da obra, sem, contudo, se constituir como tópica de um texto ou capítulo específico. A título, então, apenas de exemplo, remeto a um desses momentos, no caso o Prefácio, que compôs em 1869 para primeira edição completa de sua *Histoire de France*. Nele Michelet afirma: “O escritor, ocupado em aumentar os efeitos, em destacar as coisas, quase sempre adora surpreender, arrebatando seu leitor, fazendo-o exclamar: ‘Ah!’ Sua felicidade é transformar um fato natural em milagre. No sentido inverso, o historiador tem por missão especial explicar o que parece milagroso, envolvê-lo com precedentes, com as circunstâncias que o produziram, devolvê-lo à natureza”. MICHELET, Jules. Préface de 1869. In: *Oeuvres complètes*, t. IV, p. 23. Nesse aspecto, Michelet comprova a tese de Costa Lima segundo a qual o discurso historiográfico, desde a sua formação, funda-se a partir de uma aporia da verdade, a qual, conquanto revisitada e redimensionada ao longo do tempo, não será abandonada. Ver LIMA, Luiz C. *História. Ficção. Literatura*, sobretudo a seção “A escrita da história”, p.29-164.

ainda que de forma sumária, os fundamentos a partir dos quais exerceu sua atividade historiográfica. Passo, pois, à apresentação.

As bases histórico-poéticas da historiografia micheletiana

Parece-me que a melhor pista acerca da base teórica sobre a qual se assenta essa obra surge em conjunto e em paralelo com sua formação como historiador. Nesse caso, cabe uma observação preliminar: Michelet não se forma historiador no sentido atual do termo. Num momento em que essa especialidade ainda não existia como diploma e método mais ou menos consensual, seu *doctorat ès lettres*, defendido em 1819, aos 21 anos, detém todos os atributos de uma formação beletrista, ao mesmo tempo em que deixa antever o que marcará suas leituras nos anos porvir: uma sólida cultura clássica, aliada a um evidente interesse pela filosofia.⁸ Conforme evidencia seu diário de leituras, esse interesse só faz crescer. E mesmo após ter assumido a História como seu endereço intelectual e profissional exclusivo e ter nela se consagrado, a filosofia resta sendo um horizonte fundamental, estruturando a identidade desse intérprete como a de um historiador-filósofo.⁹

A fortuna crítica de Michelet ainda trabalha na tentativa de detalhar todos os meandros dessa identidade filosófica do historiador.¹⁰ Porém, sem prejuízo de outras matrizes teóricas que porventura teriam podido influenciá-lo, é fato que a teoria historiográfica de Michelet, assim como seu entendimento do poético, encontra na obra de Giambattista Vico uma de suas bases mais firmes e duráveis.¹¹ Com efeito, a conversão do jovem Michelet, de filósofo

8 As duas teses de doutorado, bastante curtas (40 páginas ao todo) – *De percipienda infinitate secundum Lockium e Examen des Vies des hommes illustres de Plutarque* – são, conforme o padrão da época, apenas um ponto de partida para o início do período formativo de Michelet, que se intensifica bastante a partir de então.

9 Para uma recepção propriamente filosófica de Michelet, ver, em particular, ARAMINI, Aurélien. *Michelet, à la recherche de l'identité de la France*, Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2013; LEFORT, Claude. *La cité des vivants et des morts*; Paris: Belin, 2002; REMAUD, Olivier. *Michelet – la magistrature de l'histoire*. Paris: Michalon, 1998; REY, Jean-Michel. *La colère de Péguy*. Paris: Hachette Littérature, 1987.

10 A investigação filosófica da obra micheletiana cumpre, com o livro supracitado de Aurélien Aramini, uma etapa fundamental, visto se tratar de uma versão modificada do primeiro doutorado em filosofia na França tendo Michelet como tema. Aramini também publicou, em 2016, uma coletânea comentada de quatro textos do autor, reunidos sob o título *Philosophie de l'Histoire* (Editora Flammarion), com a qual colaboro. Ver MICHELET, Jules. *Philosophie de l'histoire*. Textes présentés par Aurélien Aramini, avec la collaboration de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Paris: Flammarion (Champs classiques), 2016. Esse trabalho, que visa justamente reconstituir o percurso bibliográfico do historiador e seus meandros críticos, é, portanto, bastante recente, sobretudo no que toca à identificação, análise e sistematização de suas leituras filosóficas.

11 O protagonismo da obra de Vico na constituição da historiografia micheletiana é ponto pacífico na crítica, fundado que foi nos diversos momentos em que o historiador o evocou como sua principal influência. O trabalho de edição comentada apresentado em *Philosophie de l'Histoire*, citado imediatamente acima,

que pretendia se tornar, no historiador que efetivamente foi, passa pela leitura e subsequente tradução da obra *princeps* do filósofo, *Ciência Nova*.¹² Objetivamente, essa tradução cumpriu a tarefa de confirmá-lo como uma das promessas da cena intelectual do período, dando-lhe crédito tanto para aceder ao ensino universitário quanto para conceber e começar a publicar, a partir de 1830, seus trabalhos historiográficos.

A tradução de Michelet, publicada em 1827 e, portanto, anterior ao início de sua obra historiográfica, não é nem integral, nem literal, chegando mesmo a alterar o título da obra, significativamente convertido, em sua versão, para *Princípios da filosofia da história*. Tamanha liberdade tradutória, muito bem recebida pela *intelligentsia* da época,¹³ dá a dimensão exata do tipo de relação que Michelet estabelece com seu filósofo de eleição: menos propensa a tomá-lo como um modelo do que como um precursor. A historiografia de Michelet, nascida da *Ciência nova*, propõe-se, assim, como uma releitura, no sentido forte, daquela teoria do conhecimento, convertida em teoria da história.

Michelet retém de Vico elementos cruciais para a composição do que chamava seu “método histórico” e, na esteira do método, de seu trato com a literatura. O principal elemento é, sem dúvida, um dos princípios basilares da *Ciência Nova*, segundo o qual “o mundo social é obra dos homens” (MICHELET, 1971, II, p. 453) e, sendo assim, pode e deve ser explicado – porque assim foi construído – a partir das faculdades e limites puramente humanos. Esse princípio, cuja tonalidade se ajusta muito bem à concepção prometeica tão cara à primeira metade dos Oitocentos, tem, no entanto, características peculiares. Em primeiro lugar, tal fatura, que Vico chama de *poesis*, não se restringe aos produtos humanos, mas à própria humanidade. Ela contempla a criação tanto das línguas quanto das leis, dos mitos como dos deuses, dos costumes e das ideias, enfim, de tudo o que compõe o humano do homem e seu mundo. Em segundo lugar, se Vico supõe a *poesis* como condição de inteligibilidade própria à humanidade, não a compreende como

confirma esse protagonismo, desta feita comprovando-o no fio do texto, ao identificar, além das menções diretas, as diversas menções indiretas e seu papel fundamental na estruturação do pensamento micheletiano.

12 Essa conversão, a princípio, contraria os desejos do jovem Michelet. Responsável pelo ensino de História e de Filosofia na *École Préparatoire* (hoje, *École Normale Supérieure*) a partir de 1827, quando o ensino de ambas as disciplinas era comumente delegado ao mesmo *maître de conférences*, em 1829, quando de uma decisão ministerial em dividir essas atribuições a dois professores distintos, Michelet opta pela Filosofia, mas por prováveis razões políticas vê-se atribuído à História. Sobre os anos de formação de Michelet, ver MICHELET, Jules. *Écrits de Jeunesse*. Gallimard, 1959. Conferir, ainda, as biografias que Paul Viallaneix e Paule Petitier dedicaram ao historiador, apresentadas nas referências bibliográficas.

13 Sobre a recepção, ver a Introdução de Paul Viallaneix, em MICHELET, Jules. *Oeuvres complètes*, t. II, Paris: Flammarion, 1971, p. 259-278.

um princípio autorreflexivo ou autoconsciente. A humanidade se fez e se faz a si mesma (ou seja, criou e cria tudo o que caracteriza o domínio do humano, em oposição ao domínio do natural), mas essa fatura não é um ato de pura consciência, nem se confunde com um exercício de simples autodeterminação: a humanidade se faz a si mesma, apesar de si, malgrado a si.

Michelet oferece uma excelente síntese do problema no texto introdutório com o qual prefacia sua tradução.

A palavra da *Scienza nuova* é esta: *A humanidade é sua própria obra*. Deus age sobre ela, mas através dela. A humanidade é divina, mas não existem homens divinos. Estes heróis míticos, estes Hércules cujos braços separam montanhas, estes Licurgos e estes Rômulos, legisladores rápidos que, na vida de um homem, realizam obra de séculos, são criações do pensamento dos povos. Apenas Deus é grande. Quando o homem quis ter homens-deuses, foi preciso que concentrasse muitas gerações numa só pessoa, que resumisse em um herói as concepções de todo um ciclo poético. A tal preço, fez para si ídolos históricos, Rômulos e Numas. Os povos restavam prosternados diante dessas gigantescas sombras. O filósofo os levanta e diz: o que vocês adoram são vocês mesmos, suas próprias concepções. Estas bizarras e inexplicáveis figuras que flutuam nos ares, objetos de uma pueril imaginação, tornam a descer a nosso alcance. Saem da poesia para entrar na ciência. Os milagres do gênio individual classificam-se segundo a lei comum. O nível da crítica atravessa o gênero humano (...) Este radicalismo histórico não chega a suprimir os grandes homens. Alguns, sem dúvida, dominam a multidão, ultrapassando-a em uma cabeça ou desde a cintura; mas sua frente não mais se perde em meio às nuvens. Não são de outra espécie; a humanidade pode se reconhecer a si mesma em toda sua história, una e idêntica a si mesma. (MICHELET, 1971, II, p. 341)

Se a historiografia de Michelet é obediente a esse princípio, ela também o sobreinterpreta. Isso vem à tona quando se aprende que, com Vico, essa *poiesis* diz respeito apenas ao “plano da humanidade” e à “ordem metafísica das operações do espírito”; sua serventia é explicar como o homem teria podido – sem o recurso ao milagre ou à revelação – criar tudo o que define sua humanidade: suas leis, suas línguas, suas histórias, suas religiões.¹⁴ Já com Michelet, que se autoproclamava filho da Revolução francesa e foi um de seus grandes intérpretes, o plano geral dessa *poiesis* viconiana avança para o campo da *autopoiesis* individual, de forma que aquilo que nela indiciava uma faculdade do espírito e do entendimento passa a ser, também, uma disposição

¹⁴ Uma excelente introdução à obra de Giambattista Vico, com especial atenção à questão literária, pode ser encontrada em LACERDA. *Metamorfoses de Homero*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

para a ação sobre si e no mundo comum.¹⁵ Isso significa que a interpretação proposta pelo historiador imbricaria, ao menos potencialmente, a mecânica da aventura humana – revelada pelo filósofo – a uma dinâmica ideal do humano, expressa pelo princípio da liberdade.

Se se admite que a história é o desenvolvimento necessário de um princípio necessário, a liberdade está anulada. (...) Enquanto francês, nascido no norte da França, eu deveria ter tais sentimentos, etc. (...) Eu devo, não há aí nenhum mérito, nenhuma moralidade. Mas, entretanto, eu posso querer pensar, conhecer e, pelo emprego de faculdades voluntárias, adquirir certas ideias.¹⁶

Essa dinâmica, que tampouco resvala numa autodeterminação ou *autopoiesis* apriorística, encontra, na sobrecarga oferecida pelo princípio da liberdade, a possibilidade de um ajuizamento – a magistratura da história –, capaz de escapar ao dever ser da metafísica. Em termos mais diretos, o salto micheletiano é um salto para fora dos *corsi e ricorso* da história ideal viconiana, um salto da filosofia para a história, e da filosofia da história para uma teoria propriamente historiográfica.

Com o mundo começou uma guerra que deve terminar junto com o mundo e não antes; a do homem contra a natureza, a do espírito contra a matéria, a da liberdade contra a fatalidade. A história não é outra coisa senão a narrativa dessa luta interminável.(...)

Sem dúvida a liberdade tem seus limites; nem sonho contestá-los: percebemos com clareza na ação absorvente da natureza física sobre o homem, melhor ainda na desordem que esse mundo inimigo projeta sobre mim. Ah, quem não amaldiçoou, negou cem vezes a liberdade, quando em meio às ameaças e seduções com os quais esse mundo nos envolve? ... No entanto, ela se move, como disse Galileu; em mim, o que quer que faça, sempre encontro alguma coisa que não quer ceder, que não aceita nem jugo do homem nem o da natureza, que não se submete a não ser à razão, à lei, que não conhece paz entre o eu e a fatalidade. Dure para sempre esse combate! Ele constitui a dignidade do homem e a harmonia mesma do mundo. (MICHELET, 1971, p. 229)

Este é o começo de *Introdução à história universal* (1831), primeiro texto propriamente autoral de Michelet após sua tradução de Vico, instante em que reivindica para si não mais uma inscrição filosófica, mas uma tarefa historiográfica, a partir de então jamais abandonada. Essa tarefa supõe uma

15 Nas palavras de um intérprete comum: a “inspirada” interpretação micheletiana o “leva a confundir ação com criação, reabsorvendo o fazer de Vico num único ato prometeico, duplamente liberatório e autoprodutor”. REMAUD, Olivier. *Les archives de l’humanité – essai sur la philosophie de Vico*. p.20.

16 Trecho de uma aula na *École Normale* em dezembro de 1828, citado por Viallaneix em sua *Introdução* a MICHELET, Jules. *Introduction à l’histoire universelle. Oeuvres complètes, t. II*, (Introduction), p. 219.

dinâmica de combate, uma dialética cujo fim, porém, só pode inscrever-se num fora da história, entendido como fim do mundo humano, e não como sua finalidade. O combate tem como palco tanto o mundo dos fenômenos como o mundo do indivíduo e ele pressupõe não exatamente um ideal, mas uma possibilidade, uma promessa: a de o princípio da liberdade, movendo-se sempre, manter a tensão, garantir o combate. Na medida em que esse combate configura-se como insubmissão a todas as formas de fatalidade, ele aponta para o problema da necessidade. A expansão da liberdade é, assim, expansão do direito, e seu horizonte de possibilidades tem como norte a equidade, a igualdade. Esse combate, versão micheletiana daquela *poiesis* viconiana do mundo humano, configura-se, fenomenicamente, na maneira “como o homem, operário de si mesmo fabrica para si suas legislações, seus poemas e seus deuses”.¹⁷

Leis, poemas e deuses, como símbolos da fatura do homem de si e do mundo, não são, para Michelet, como lhe ensinara Vico, produtos autônomos, mas facetas correlatas da *poiesis* humana. Volto, portanto, à filosofia de Vico, a fim de explicitar, ainda que, novamente, de forma muito esquemática, as bases de sua compreensão *poiética* do poético.

A relevância do domínio do literário para *Ciência Nova* é um dado de partida da obra.¹⁸ Integrando a renovação da crítica homérica que teve lugar no século XVIII, o texto viconiano dá-se a ler, pelo menos em parte, como uma resposta ao desafio de explicar a prevalência do repertório mítico-poético como o mais antigo testemunho remanescente da vida de todas as nações da Antiguidade. Buscando uma resposta que combinasse reconhecimento da excelência dessas criações, sem desconectá-las de suas origens “primevas”, Vico compreenderá esse repertório mítico-poético nem como obra divina, tampouco como sinal do gênio de alguns homens, mas antes como uma manifestação do *lógos*, ou seja, da linguagem e da inteligência do grupo humano que o compôs. Essa interpretação entrelaça, assim, a origem e o desenvolvimento da linguagem (figurada nesses poemas) à origem e ao desenvolvimento das ideias, enunciada pelo axioma seguinte: “o desenvolvimento das ideias e das línguas foi correspondente”. Essa conjectura deriva de um outro princípio, qual seja o de que “a ordem das ideias deveu seguir a ordem das coisas”. (MICHELET, 1971, II, p. 442) A simultaneidade dessas duas instâncias sustenta, portanto, uma indissociabilidade entre o mundo dos feitos e a ordem

17 Citação extraída de um prefácio inacabado concebido, entre 1868 e 1869, para a edição completa de sua *História da França*. MICHELET, Jules. *L'Héroïsme de l'esprit. Oeuvres complètes t. IV—História da França, t. I*, p. 35.

18 Uma excelente introdução à obra de Giambattista Vico, com especial atenção à questão literária, pode ser encontrada em LACERDA, Sônia. *Metamorfoses de Homero*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

do espírito. Consequentemente, dela resulta a proposição de que deuses, leis e poemas não são apenas feitos juntos, de um ponto de vista cronológico, mas são manifestações distintas de um mesmo ponto de vista lógico, são facetas de um tempo comum, exprimindo, igualmente, os limites e as possibilidades do mundo humano que os produziu.

As formas poéticas não são, pois, nem para Vico nem para Michelet, um excedente de mundo, produtos de um gênio de exceção, mas uma das expressões correlatas da forma e do sentido de um dado mundo, num dado momento de sua história. Nesse sentido, elas se apresentam como um de seus mais fiéis testemunhos, devendo ser interpretadas pelos mesmos princípios de inteligibilidade que definem a mecânica da *Ciência Nova*. Mas se valem para a mecânica de Vico, valem também para a dinâmica da história micheletista. Ou seja, também elas encenam, com maior ou menor vigor, o combate entre a fatalidade e a liberdade que constitui a dignidade do homem.

Nos termos da historiografia de Michelet, a literatura é tratada como uma forma de mundo, e sua diversidade como “línguas da história” – expressão minha, calcada nas diversas referências do historiador à linguagem da lenda, a língua da epopeia e, para nos aproximarmos um pouco mais do nosso tema comum, à língua do romance.

O romance como sinal da história

Estrangeiro ao *corpus* de análise viconiano – cujo escopo se restringe à Antiguidade, com alguma abertura para o Medievo –, o tema do romance ganha pleno direito de cidade nessa historiografia tão atenta à Idade Moderna e à sua contemporaneidade. Ali, ele é contemplado com alguma frequência, mas obedecendo ao mesmo ritmo reflexivo que caracteriza o restante das grandes temáticas “literárias” do historiador: sem se constituir como pauta exclusiva de qualquer de seus títulos, variando entre apreciações mais pontuais de obras e considerações generalistas, o romance, com Michelet, é sempre mais do que uma fórmula contemporânea de sucesso literário: é uma fórmula de mundo, uma *mise-en-forme*¹⁹ ou lógica de mundo que, ao mesmo tempo em que desvela a inteligibilidade última de certos períodos (sua chave de sentido ou interpretação), carece de um olhar crítico ou, nos termos de Michelet, de uma história.

19 Conceito de Claude Lefort, forjado com base em duas categorias: a de *mise-en-sens* e a de *mise-en-scène* das relações que instituem e mantêm o corpo social. Se, em seu sentido primeiro, o conceito recupera a ideia de regime, também pretende realçar o caráter complexo da instituição do social, uma vez que seria “o modo singular de sua instituição que torna pensável (tanto no passado quanto no presente) a articulação de suas dimensões e as relações estabelecidas em seu seio, relações entre as classes, os grupos, os indivíduos, bem como entre as práticas, as crenças, as representações”. LEFORT, Claude. Permanence du théologico-politique? *Essais sur le politique, XIX – XX siècles*, p. 281 e seguintes.

Escusado dizer que, afora alguns dados cronológicos e alguns poucos títulos hoje assentes, a análise do romance que comparece nessa historiografia tem pouco em comum com as teorias e histórias do romance tal qual estabelecidas em nossa contemporaneidade. Escusado, ainda, é relembra que tais considerações são formuladas por um contemporâneo de Balzac, Hugo, Dumas e Flaubert, contemporâneo e espectador atento do grande *boom* romanesco, ele próprio leitor desse gênero.

Isso posto, passo, finalmente, para o propósito último deste artigo: como Michelet pensa e critica o romance? Essa pergunta encontra diversas respostas ao longo de sua obra. Ela poderia ser depreendida dos diversos comentários a obras pontuais que preenchem suas páginas: os *romans* medievais, analisados nos tomos de *Histoire de France au Moyen Age*; a evocação, sempre elegíaca, a *Gargantua e Pantagruel*, embora Michelet não considerasse Rabelais um romancista; o nefasto protagonismo de *A Nova Heloísa*, de Rousseau, às vésperas da Revolução. Embora muito produtiva, seguir tal via implicaria um exercício de catalogação e análise que ultrapassa os meus limites aqui. Se a evoco então, é apenas para demonstrar que o rendimento potencial desse problema é maior do que a resposta que, por hora, posso propor.

Estrategicamente, deixo de lado a crítica dos romances feita por Michelet, a fim de me concentrar na(s) teoria(s) do romance potencialmente formuladas na obra do historiador. Perguntar-se sobre uma teoria, entendida como formulação acerca do ser ou da origem das coisas, remete, para o leitor de Vico que foi Michelet, à perquirição de suas origens. “A natureza das coisas não é nada mais do que seu nascimento em determinado tempo e de determinada maneira.”²⁰

A origem do romance e, portanto, sua natureza não se encontra, em Michelet, no romance medieval. Sem avançar a ideia de um romance pós-antigo, é na Antiguidade que o historiador descobre o nascimento dessa forma de mundo. A *Bíblia da Humanidade* (1864), título tardio de Michelet, oferece uma rememoração dos “nascimentos” das matrizes civilizatórias da Antiguidade que influenciaram na composição do Ocidente. Índia, Pérsia, Grécia, Egito, Síria, Judeia e Roma compõem o quadro principal. O foco, como indica o título, são as matrizes religiosas, relidas em seus textos sagrados. Seguindo a apresentação de Paule Petitier para esse livro, a originalidade desta Bíblia está em propor uma apreensão do fato religioso não como oriundo de uma “espiritualidade intrínseca”, ou como uma “metafísica necessária”, mas como produto das atividades cotidianas dos homens. Por essa ótica, “o homem faz o fogo e, ao mesmo tempo, faz o deus Fogo, Agni. (...) Os deuses são

20 VICO *apud* GIRARD, Pierre. *Le vocabulaire de Vico*, p. 39.

modelados por artes humanas que, em contrapartida, modelam o homem”, (PETITIER, 2006, p. 395-396) numa ação recíproca: puro exercício de interpretação à moda de Vico.

É nessa narrativa das origens que Michelet descobre, junto à Judeia, a matriz do romance. No capítulo intitulado “O mundo mulher”, cujo foco é a interpretação do *Velho testamento* como narrativa das origens do povo judeu, Michelet reconhece o nascimento do gênero:

Nesse momento confuso, surgia uma coisa nova e de alcance infinito – o *Romance*.

A história dos Judeus, mesmo a séria, trazia um fundo romanesco – o milagre arbitrário, segundo o qual a Deus apraz escolher o menor, até mesmo o mais indigno como o *Salvador*, libertador, vingador do povo. No Cativoiro, o banco, a intriga de corte e as fortunas súbitas lançaram as imaginações no campo do imprevisível. Os belíssimos romances históricos sobre José, Ruth, Tobias, Ester, Daniel e tantos outros então apareceram. Sempre em torno de dois dados: o *bom exilado* que, através da explicação dos sonhos e da habilidade financeira, torna-se ministro ou favorito, – ou ainda, *a mulher amada de Deus* que consegue um grande casamento, seduz o inimigo e (coisa espantosa, contrária às Leis de Moisés) é o Salvador do Povo. Para Moisés, ela era impura, perigosa, responsável pela Queda. Mas é justamente esse dado imprevisto que toma o romance. Deus faz da mulher uma armadilha, serve-se de sua sedução e através dela opera a Queda daquele que quis condenar. (MICHELET, 1864, p. 402)

Como se vê, a análise segue de perto texto e contexto, entrelaçando-os como verso e reverso da mesma experiência. No contexto da escravidão, o texto hebraico forja um deus da Graça que contraria o seu próprio deus (o das Leis mosaicas), fundido na figura do Salvador, duplo do milagre e da exceção. O romance que assim nasce é cópia e testemunha de uma experiência de mundo, mas também é, com a sua difusão, uma fôrma que replica, como ideal, o contexto de onde partiu. A narrativa do milagre, do arbitrário, da salvação ordena um mundo presidido por essa lógica e por esse princípio.

Tais considerações, no entanto, não visam apenas a uma suposta origem distante e superada da forma romanesca. Seguindo o fio do texto já citado, ela pede, antes, imediata atualização, do que cuida claramente Michelet no trecho seguinte:

O amor é uma loteria, a Graça é uma loteria. Eis a essência do romance. Ele é o contrário da história, não apenas por subordinar os grandes interesses coletivos a um destino individual, mas porque não ama aqueles difíceis caminhos que, na história, produzem as coisas. Prefere nos mostrar os jogos de dados que o acaso, às vezes, produz, prefere nos afagar com a ideia de

que o impossível, muitas vezes, torna-se possível. Através dessa esperança, do prazer e do interesse, ele ganha seu leitor, mimando-o, o qual, a partir de então, o seguirá avidamente, a tal ponto que abre mão até mesmo do talento. (MICHELET, 1864, p. 404)

“O romance é contrário à história” merece ser bem entendido. Contrário à história enquanto episteme e princípio, ou seja, contrário à batalha entre a liberdade e a fatalidade, tal como enunciada já desde o texto de 1831. Mas, ao mesmo tempo, ele é a história, faz história, dota-a de seu princípio e de sua lógica, ao fornecer ao indivíduo uma forma de conceber o mundo e de estar nele que se caracteriza pela adesão prazerosa a uma concepção que substitui a luta pelo jogo, o esforço pela crença no milagre, a Lei pelo Salvador.

A presentificação dessa passagem não deixa dúvidas de que Michelet não está mais historiando o problema na antiguidade judaica, mas extraíndo-lhe exemplaridade para atingir também suas formas modernas. Uma nota de pé de página no meio desse trecho dirime qualquer dúvida. Sob a forma de um diálogo, ela diz apenas o seguinte:

“Senhor, o que é o romance? – É o que, neste momento, a senhora traz em seu espírito. Pois não se preocupando nem com a pátria, nem com a ciência, nem mesmo com a religião, a senhora acaba por gestar o que Sterne chama de um dadá e eu chamo de uma linda bonequinha. – Nós temos um romance insosso. Por quê? Porque não temos uma grande poesia.” (MICHELET, 1864, p. 403)

A inscrição feminina do romance, ecoando e atualizando parte da história desse gênero, revela sua especificidade de presença no mundo.²¹ O mundo, aqui, não é uma batalha, um combate, mas um jogo de dados,

21 A encarnação feminina do romance indicia algo diverso da simples subscrição a um preconceito contra o gênero (romanesco ou feminino, ou romanesco feminino, como fora tão comum anteriormente). A acompanhar a obra micheletiana, a questão aqui não deve ser lida não como um argumento contra as mulheres, mas contra sua submissão – por vontade e responsabilidade dos homens – a uma ordem de mundo privada e moralmente condenada à dominação religiosa. É essa ordem, e não alguma suposta essência feminina (sobre a qual Michelet já havia tratado muitas vezes antes), que será visada aqui, historicamente encarnada na voz de uma mulher, sua principal vítima. Alijadas ao domínio do privado e submetidas a uma moral de padrão burguês, elas tendem a se converter em vítimas-algozes, cuja alienação se converte em paradigma para o perpetuamento de um sistema fundado em privilégios sem mérito, interesses sem lei e recompensas sem esforço. Não é caso, porém, de disso extrair uma postura feminista de Michelet, o que não condiziria, em absoluto, com o modo como a temática é tratada em sua obra. Com efeito, o tema do feminino nesse historiador é também bastante complexo, merecendo um tratamento exclusivo e mais exaustivo, visto o destaque que sua obra sempre acordou ao papel das mulheres e sua ação na história. A título de exemplo, que se relembrem apenas alguns dos títulos em que discorreu sobre o assunto e/ou refletiu, de maneira concentrada, sobre o papel das mulheres na História: “Jeanne D’Arc” (longo capítulo, posteriormente publicado a parte e originalmente presente no volume V da *Histoire de France*, de 1841), *Des Jésuites* (1843), *Du prêtre, de la femme et de la famille* (1845), *Le Peuple* (1846), *Les Femmes de la Révolution* (1854), *L’Amour* (1858), *La Femme* (1859).

uma partida de prazer, cuja característica seria a de “subordinar os grandes interesses coletivos a um destino individual”, que se afirma pela exceção, pelo extraordinário (ou seja, pela Graça, pelas bênçãos e preferências de um deus ou de um homem). A remissão à tópica da Graça, grandemente abordada por sua historiografia, nos coloca no coração daquele ajuizamento crítico fundamental à história, contrário, em todos os seus pontos, ao romance. Não se trata, aqui, de um simples problema religioso, o que ademais, não faz qualquer sentido dentro da ótica micheletiana ou viconiana. Os deuses, as leis e os poemas são feitos juntos – é bom lembrar. Mas de um problema de supressão de juízo, por supressão de mérito, esforço, trabalho de si sobre si, em benefício das preferências, dos caprichos, do amor.

“São Paulo” – lemos em sua *História da Revolução Francesa* –

havia estabelecido que o homem não pode nada por suas obras de justiça, que só pode pela fé. Santo Agostinho demonstra sua impotência mesmo diante da fé. Somente Deus a faculta; e ele a faculta gratuitamente, sem nada exigir, nem fé, nem justiça. Esse dom gratuito, essa graça é a única causa da salvação. Deus agracia a quem quiser. Santo Agostinho disse: “Eu creio, porque é absurdo.”. Nesse sistema, poderia ter dito: “Eu creio porque é injusto” (MICHELET, 1952, I, p. 27)

A análise dos fundamentos do Cristianismo numa *História da Revolução Francesa* não se faz por acaso. Seu rendimento específico, no que toca à discussão acerca do sentido da Revolução, tampouco nos concerne aqui. Mas há um dado imediato cuja menção talvez esclareça o seu sentido crítico, no tocante ao romance. A Graça não é apenas fundamento da tirania e da escravidão, mas é elemento fundamental na constituição dos governos monárquicos absolutos modernos, sob a forma do direito divino dos reis.

Nesse sentido, o romance não é apenas uma das formas da história (entendida como aventura dos homens no tempo e fabricação do mundo comum), mas é a forma lógica necessária, o princípio de inteligibilidade a ser adotado quando a história se faz por obra e graça de um monarca ou de um salvador. Ou seja, se o romance é anti-história, no sentido de ser contrário ao seu princípio crítico, ele tende a ser também a forma preferencial da história – seu modelo lógico-narrativo – quando será o caso de historiar sociedades cujo princípio é romanescos. Mais simplesmente, o romance fornece a lógica das histórias absolutas e monárquicas. Pela sua vocação sintética, cito um trecho de *História da França no século XVI*, relativo à natureza do Estado e da sociedade sob a monarquia absoluta:

Todas as questões são agora pessoais, de família, de favoritismo, de galanteria.
O destino das nações doravante está encerrado nos tenebrosos apartamentos,

nos quartos, nas alcovas, nos retiros de Suas Majestades. Seus humores, sua saúde variável, eis a regra do mundo. O mistério da digestão responde pelo ápice da política.

Tais reis, tais povos; estes participam das doenças dos príncipes. A França rosse, sofre do peito, a França sofre um aborto; dir-se-ia que também ela morreu e, isso, plena de vida! Sim, mas ela anda doente em sua encarnação: Luís XII, Ana da Bretanha.

Não menos doente anda a história. Ela cessou, afora panegiristas ou cronistas romanescos, pobres copistas de romances que copiam e estragam os poemas. (...)

Também a arte traz a marca ingênua dessa personalidade absorvente. Tudo se rebaixava ao indivíduo. (MICHELET, 1982, p. 170-171, grifos meus)

O romance é a forma das histórias doentes – disse Michelet, mais de uma vez. E talvez por isso, “no século do romance, Michelet” que, conforme sugeria Picon, “poderia ter sido um grande romancista”, escolheu não o ser, embora tenha tantas vezes recorrido à forma romanesca em suas narrativas historiográficas. Recurso, conforme tentei demonstrar aqui, que não se faz por veleidade literária, nem por ignorância quanto às diferenças entre uma e outra disciplina, mas por necessidade lógica: o romance, para Michelet, é tanto a anti-história quanto a história necessária, o modo obrigatório para se relembrar dos momentos em que os homens abandonam o combate.

Alguma conclusão

Conforme indicado em outros momentos do texto, meu objetivo aqui não é de fornecer em definitivo uma teoria do romance de Michelet, mas antes o de começar a desbastar alguns dos caminhos que permitam compreender, no reverso de sua relação problemática com o gênero, as razões dessa crítica. Como tais razões se espraiam no curso de uma obra extensa e ainda pouco abordada como manancial histórico e teórico sobre a literatura, o trabalho aqui apresentado é de tipo prospectivo. Interessa-me coletar e expor alguns indícios que dariam margem a sustentar a hipótese da existência de uma reflexão crítica sobre o romance em Michelet, reflexão essa que ganha a dimensão de uma teoria cuja inteligibilidade, porém, depende de um cotejo sistemático com as bases teóricas que sustentam sua historiografia. Minha expectativa primeira é a de que o esboço e, posteriormente, uma sistematização mais ampla dessa teoria ajudem a explicar sua relação no mínimo ambivalente com o gênero, feita de atração, aparente adesão formal e estrita recusa. Se tal hipótese, a princípio, interessaria apenas aos estudos micheletianos, ela, por outro lado, pode ampliar seu interesse crítico, quando se tem em mente algumas de suas decorrências possíveis.

A primeira que me vem à mente seria a de relacionar a obra desse crítico do romance à linhagem de romancistas franceses modernos que o glosou, comentou, pastichou e ficcionalizou. Sem qualquer pretensão exaustiva e restringindo-me tão somente a algumas referências explícitas a Michelet, que se relembre, desde o *Salammbô* de Flaubert, continuando com a *Prisioneira* e os *Pastiches* de Proust, passando pelo *Miroir des Limbes* de Malraux, o *Escrever* de Marguerite Duras até chegar ao *Les Onze*, de Pierre Michon, a presença contínua do historiador em variada produção propriamente romanesca, pelo menos dentro das fronteiras da literatura de expressão francesa. Em que medida essa presença se traduz em retomada, consciente ou não por parte desses romancistas, da relação ambivalente de Michelet com o romance e de suas críticas ao gênero, é questão para pesquisa. De toda forma, essa sobrevida do historiador dentro do campo de produção literária dota seu estudo de um interesse que, pelo menos potencialmente, romperia as fronteiras dos estudos propriamente micheletianos.

O segundo ponto que me parece romper essas fronteiras parte de dentro dela. Conforme tentei demonstrar neste artigo, a crítica ao romance feita por Michelet não se submete ao primado do estético, não autonomiza a arte, antes sustentando uma relação intrínseca entre a forma-conteúdo do literário e a forma-conteúdo do mundo que o produz e o consome. Isso vale não apenas para o romance mas para todos os gêneros (e títulos) evocados em sua obra, representando assim um dos traços cruciais de seu entendimento do poético. Também destaquei que tal postura teórica é menos intuitiva do que certamente referenciada por um *corpus* filosófico particular (a obra de Vico), assim como destaquei a ainda parca pesquisa relativa às bases filosóficas mais gerais sobre as quais se assenta a obra micheletiana. Que tal campo interesse prioritariamente os estudos sobre o autor é um fato. Mas me parece que, quando combinado ao impacto que a obra de Michelet efetivamente exerceu sobre os Oitocentos – e não apenas o francês –, a relevância de tal matéria pode começar a romper a bolha da hiperespecialização, atingindo o campo dos estudos sobre o século XIX, dentro e fora do mundo francófono. Muito rapidamente enquadrado como autor romântico pelo *mainstream* literário, um estudo voltado para a perquirição sistemática dos fundamentos teóricos dessa historiografia pode permitir uma revisão mais sistemática da etiqueta romântica que lhe imputaram – e que ele, de novo, sempre recusou! – no seio da qual uma revisão mais geral do horizonte intelectual hoje consensualmente abrigado sob o nome Romantismo poderia começar a se empreender.²²

22 Uma primeira abordagem da relação problemática entre Michelet e o Romantismo, revista por sua fortuna crítica, foi tentada em: TEIXEIRA, Maria Julina G. *Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária*. Cadernos Literários, v. 23, n.1. p. 101-120, 2015. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/cadliter/article/view/5488>>

Em outros termos, tendo em vista a influência evidente de Michelet no universo classificado como romântico, tanto francês quanto estrangeiro, uma tal empreitada poderia ter um impacto muito além do campo restrito dos estudos micheletianos.

Enfim, e talvez não menos importante, a articulação indissolúvel entre literatura, política e religião que subjaz a abordagem historiográfica de Michelet, dispondo-a na antítese de uma teoria exclusivamente estética da obra de arte e nada afeita a se deixar ler sob o prisma disciplinar moderno, não me parece desinteressante para a atualidade. Que ela possa ser vista como uma potencial colaboração para um dos grandes debates críticos da Modernidade e da Pós-Modernidade – a saber, como pensar história e literatura, como pensar a historicidade do objeto literário e sob quais bases fundar uma historiografia literária – me parece evidente. Agora, se essa colaboração é produtiva ou não, atualizável ou não, isso certamente dependerá de uma disposição mais ampla para reler a obra micheletiana, para além da especialidade, mas sem desprezar as precisões e revisões que justamente só a especialização pode fornecer.

Referências bibliográficas

ARAMINI, Aurélien. *Michelet, à la recherche de l'identité de la France. De la fusion nationale au conflit des traditions*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2013.

BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Cia das Letras, Tradução Paulo Neves, 1991.

GIRARD, Pierre. *Le vocabulaire de Vico*. Paris: Ellipses, 2001.

LEFORT, Claude. Permanence du théologico-politique? In: *Essais sur le politique, XIX-XX siècles*. Paris: Éditions du Seuil, 1986, p. 275-329.

MICHELET, Jules. *Cours au Collège de France*, tome II, Paris: Éditions Gallimard, 1995.

MICHELET, Jules. *Renaissance et Réforme*. Paris: Robert Laffont, 1982.

MICHELET, Jules. *Oeuvres complètes*. Paris: Flammarion, 1971.

MICHELET, Jules. Introduction à l'histoire universelle. In: *Oeuvres complètes*, t. II. Paris: Flammarion, 1971.

MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1952, 2 vol. (Pléiade).

MICHELET, Jules. *La Bible de l'Humanité*. Paris: Chamfort, Librairie-Éditeur, 1864.

- PETITIER, Paule. *Michelet – l’homme histoire*. Paris: Grasset, 2006.
- PICON, Gaëtan. Michelet et la parole historique. In: MICHELET, Jules. *L’Érudiant*. Paris: Seuil, 1970.
- REMAUD, Olivier. *Les archives de l’humanité – essai sur la philosophie de Vico*. Paris: Seuil, 2004.
- VIALLANEIX, Paul. *Michelet, les travaux et les jours – 1798-1874*. Paris: Gallimard, 1998.
- VICO. *Principes de la philosophie de l’histoire*. In: MICHELET, Jules. *Oeuvres complètes* t. I, Paris: Flammarion, 1971.

Maria Juliana Gambogi Teixeira. Professora de Literatura francesa da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos literários da UFMG. Possui graduação em História (UFMG), mestrado em Teoria da Literatura (UFMG) e doutorado em Literatura Comparada (UFMG). Tem experiência nas áreas de Letras e História, com destaque para os seguintes tópicos: Literatura francesas, História e Historiografia francesas; Jules Michelet; Tradução Francês/Português. É autora de *A Profetisa e o historiador: sobre A Feiticeira* de Jules Michelet (Ed. UFMG, 2017) e colaboradora da edição anotada de textos micheletianos, *Philosophie de l’histoire* (Flammarion/Champs classiques, 2016).
E-mail: juliana.gambogi22@gmail.com

Recebido em: 20/04/2017

Aceito em: 31/08/2017